

Reflexões sobre a política pré-figurativa

Como conceber a luta contra as opressões e o sistema atual? Os defensores da chamada «política pré-figurativa» defendem que é necessário «antecipar» a nova sociedade em nossas práticas atuais. No entanto, não há uma correlação direta entre os métodos, a estratégia e as táticas de um movimento de oposição e aqueles do sistema socioeconômico e político que dele surgem e que devem garantir novas formas de democracia, uma reorganização radical do poder e, portanto, da riqueza. Por isso, é necessário (re)pensar o problema do poder, do Estado e da economia sem descartar a política estratégica e sem cair em formas utópicas de pensar a mudança social que frequentemente postulam comunitarismos incompatíveis com a emancipação.

SAMUEL FARBER

■ O que é a «política pré-figurativa»?

O movimento *Occupy* levantou a bandeira da «política pré-figurativa», proclamando o objetivo de pré-figurar uma sociedade futura igualitária e democrática por meio da prática de uma democracia direta que acabe com as

Samuel Farber: doutor em sociologia pela Universidade da Califórnia em Berkeley. Foi professor do Brooklyn College da Universidade da Cidade de Nova Iorque. Nasceu e foi criado em Cuba, onde atuou como ativista estudantil do nível secundário de ensino contra a ditadura de Fulgêncio Batista; migrou para os Estados Unidos em 1958. Sua obra mais recente é *Cuba Since the Revolution of 1959. A Critical Assessment* (Haymarket Books, Chicago, 2011).

Palavras-chave: capitalismo, democracia, Nova Esquerda, política pré-figurativa, socialismo.

Nota: O autor agradece a Selma Marks, Lance Selfa e Adaner Usmani por sua inestimável ajuda para a elaboração deste ensaio. Uma versão em inglês deste artigo foi publicada originalmente em *International Socialist Review* N° 92, 2014. Tradução de Luiz Barucke. A versão original deste artigo em espanhol foi publicada em *Nueva Sociedad* N° 251, 5-6/2014, disponível em <www.nuso.org/upload/articulos/4029_1.pdf>.

hierarquias e elimine os vícios da democracia formal e representativa existentes sob o sistema capitalista. No entanto, essas ideias são anteriores ao nascimento do *Occupy* e seguem uma tradição política de mais de 50 anos que, infelizmente, joga fora toda a água da bacia – suja pelos vícios da democracia capitalista liberal tardia e da velha estratégia burocrática – juntamente com o bebê: a política estratégica, a representação democrática e a centralização, elementos indispensáveis para qualquer movimento democrático, seja ele reformista ou revolucionário.

Até este momento, a explicação mais completa sobre a política «pré-figurativa» foi elaborada por Wini Breines, professora de sociologia e ex-ativista da Nova Esquerda. Para Breines, a política pré-figurativa gira em torno da «democracia participativa», entendida como uma oposição sustentada à organização hierárquica e centralizada, e requer um movimento que desenvolva e estabeleça relações e formas políticas que «pré-figurem» a sociedade igualitária e democrática que se deseja criar¹. Segundo a autora, a política pré-figurativa está conectada de maneira integral à noção de comunidade, compreendida como uma rede de relações mais diretas, mais totais e mais pessoais do que as relações formais, abstratas e instrumentais que caracterizam o Estado e a sociedade contemporâneos. Essas novas relações fundem as esferas pública e privada da vida e devem ser incorporadas nas contrainstituições não capitalistas e comunitárias forjadas pelo movimento. Algo bastante significativo é que Breines contrapõe a «política pré-figurativa» à «política estratégica», cujos núcleos são o «pensamento estratégico» e o compromisso de construir organizações formais para conquistar grandes mudanças estruturais nas ordens social, econômica e política².

Muitas das ideias e práticas associadas com a política pré-figurativa têm tido um impacto positivo na política da esquerda dos Estados Unidos desde os anos 1960. Por exemplo, elas inspiraram a rejeição da Nova Esquerda à rigidez burocrática, ao dogmatismo e à política pouco democrática, bem como à falência moral do Partido Comunista e de boa parte da Velha Esquerda, o que renovou os ares da política de protesto. Os partidários contemporâneos dessa perspectiva não reagem contra a Velha Esquerda, mas sim contra uma democracia capitalista cada vez mais plutocrática e que mantém os rituais de uma democracia política com cada vez menos conteúdo. É compreensível sua atração por um

1. W. Breines: *The Great Refusal: Community and Organization in the New Left: 1962-1968*, Praeger, Nova Iorque, 1982.

2. *Ibid.*, pp. 6-7.

experimento de autogestão local e democrático, e esta é bem-vinda como um elemento essencial de boa prática política, tanto para os dias atuais como para uma futura sociedade socialista. As ideias da política pré-figurativa ajudaram também a inspirar e radicalizar milhares de ativistas que injetaram sangue novo nos movimentos anticapitalistas como o *Occupy*.

■ Como se relacionam o movimento de hoje e a sociedade do amanhã?

Além das questões propostas por Breines, devemos indagar até que ponto é válido o conceito de «política pré-figurativa», com relação à conexão que propõe entre a natureza de um movimento bem-sucedido e o tipo de sistema político

Devemos indagar até que ponto é válido o conceito de «política pré-figurativa», com relação à conexão que propõe entre a natureza de um movimento bem-sucedido e o tipo de sistema político que dele emerge ■

que dele emerge. A experiência histórica mostra que movimentos dirigidos de forma autoritária e manipuladora não conduzem a sociedades e sistemas políticos democráticos e abertos. As formas libertárias e democráticas de socialismo só podem surgir de movimentos controlados democraticamente a partir de sua base.

No entanto, ainda que forjar uma sociedade igualitária e democrática requeira um movimento com as mesmas características gerais, não pode haver uma correlação direta entre métodos, estratégia e táticas de um movimento de oposição e aquelas do sistema socioeconômico e político que dele emerge. A «boa sociedade» assume uma distribuição igualitária de recursos e de poder que permite a solução das diferenças de modo pacífico e democrático. Ao contrário, a sociedade de hoje caracteriza-se pela ampla disparidade de poder e recursos entre os governantes e aqueles que os enfrentam, e por governantes dos quais não se pode esperar que aceitem de bom grado a derrota, nem mesmo quando se trate de reformas, e menos ainda que entreguem pacificamente seu poder sobre a sociedade. Portanto, mais cedo ou mais tarde, eles mobilizarão seu poderio para se opor violentamente a uma possível mudança social radical. Também é verdade que quanto mais a relação de forças existente favorece os insurgentes, menor é a probabilidade de que os governantes oponham resistência. Mas longe de favorecer o pacifismo ou a não-violência, esse argumento reforça a probabilidade de que um movimento de oposição tenha de enfrentar a violência, inclusive a violência armada, e precise estar preparado para lidar com ela.

Dessa forma, tal movimento também deve considerar os tipos de violência que podem ser vistos como compatíveis – ou mais compatíveis – com sua política emancipadora a partir de baixo. Por exemplo, tomemos o terror. Como destacaram muitas vezes V.I. Lênin e outros líderes socialistas, o uso de táticas terroristas tende a substituir a organização de uma luta coletiva de massas por um ato individual de autossacrifício. Ao mesmo tempo, o terror tende frequentemente a converter deliberadamente em alvo pedestres civis tomados aleatoriamente, uma tática política e moralmente inaceitável, já que envia a mensagem política de que as vítimas civis atingidas pelo acaso são parte do inimigo em igual medida que o sistema opressivo, seus líderes e os agentes repressivos. Uma objeção similar aplica-se a governos revolucionários que, ao enfrentarem resistência contrarrevolucionária, reprimem as pessoas por quem elas são (por exemplo, por pertencerem a uma classe), em vez de por aquilo que fazem (como pegar em armas contra o governo revolucionário)³. Isso não significa que não possam surgir alguns casos «difíceis» no curso de uma luta revolucionária, tanto antes como depois da derrubada do «antigo regime». Como consequência da revolução de outubro de 1917 na Rússia, por exemplo, foi necessário enfrentar questões difíceis, como o que fazer com a família real russa, incluídos os filhos – cuja mera existência era fonte de legitimidade e motivação para uma contrarrevolução –, ou decidir se os revolucionários deveriam tomar reféns em resposta à mesma ação por parte de seus inimigos. Certas táticas podem, por sua própria natureza, ser a antítese da política e da moral revolucionárias (por exemplo, o uso de armamento nuclear) ou trazer como consequência uma imediata vantagem prática ou militar de curto prazo (como o roubo de bancos ou o assassinato de prisioneiros). Mas essas mesmas práticas podem produzir, ao mesmo tempo, um grande dano político à causa da revolução. Entretanto, o fato de existirem muitas situações complicadas e impossíveis de antecipar, que talvez exijam rapidamente uma solução no «calor da batalha», não invalida a necessidade de diretrizes que estipulem o que é ou não aceitável⁴.

3. A repressão é um tema diferente (ainda que esteja relacionado) da supressão das relações sociais, que envolve necessariamente medidas baseadas em classe, tais como o confisco de fábricas e latifúndios. Um exemplo do tipo de repressão mencionado acima foram os «castigos exemplares» que o governo de Lênin aplicou contra os camponeses, estivessem eles envolvidos ou não em uma resistência ativa contra o governo, na luta contra a rebelião «verde» na região de Tambov em 1920. Ver meu livro *Before Stalinism. The Rise and Fall of Soviet Democracy*, Verso, Nova Iorque, 1990, pp. 122-123.

4. Vale a pena destacar nesse contexto que, durante a luta guerrilheira contra a ditadura de Batista em Cuba dos anos 50, o Movimento 26 de Julho desenvolveu regras rigorosas para controlar o comportamento de soldados rebeldes. Por exemplo, eles tinham de pagar em dinheiro por qualquer produto que obtivessem dos residentes da zona; o abuso físico dos prisioneiros era algo totalmente proibido; e qualquer caso de assédio sexual contra as mulheres camponesas era severamente castigado.

Como no caso da violência, e em contraste com a «boa sociedade» que busca pré-figurar, o movimento de oposição opera dentro de uma democracia capitalista – ou em sistemas totalitários ou ditatoriais – onde a existência de fortes desigualdades de poder requer com frequência que os governados enganem seus governantes. Quanto mais frágeis forem os oprimidos, mais eles deverão se apoiar no engano de seus opressores, como o fizeram os escravos negros dos EUA ou os judeus da Europa ocupada pelos nazistas. Obviamente, há limites morais e políticos para o emprego do engano. Um exemplo disso é a tentativa de enganar os governantes que, involuntariamente, acaba enganando também os oprimidos. É o caso de líderes que, durante greves, evitam debater abertamente as dúvidas e os temores dos trabalhadores para impedir que os empregadores usem esse conhecimento na resistência com mais rigor e por mais tempo a suas demandas. Essas são outras considerações não pré-figurativas que um movimento de oposição deve considerar.

■ **É possível uma democracia genuína sem representação, hierarquia e centralização?**

É interessante que a definição de «democracia participativa» de Breines enfatize sua oposição à hierarquia e à centralização. A «democracia participativa» de natureza não hierárquica e descentralizada pode funcionar razoavelmente bem apenas nos tipos de organização mais simples, como a comuna local. Mas tão logo se torne necessário coordenar várias unidades locais de autogoverno, será inevitavelmente colocada em jogo a representação formal e, com ela, a hierarquia. Nesse sentido, vale a pena olhar para as instituições consideradas exemplos clássicos de democracia «informal e direta», estabelecidos pela Comuna de Paris e pelos soviets russos (antes de perderem seu caráter democrático durante a guerra civil de 1918-1920). Para assegurar o caráter representativo, foram estabelecidos nesses casos claros mecanismos «formais» para a eleição e a revogação dos delegados. Nos soviets russos antes de 1918, tais procedimentos formais incluíam eleições multipartidárias a cada três meses, juntamente com mecanismos que assegurassem o exercício do direito de revogação a qualquer momento. Foram adotados também meios formais para assegurar que as diferenças locais de opinião estivessem representadas nos órgãos superiores de decisão (uma característica que contradiz a noção difundida de que essas instituições eram exemplos de democracia «direta não representativa»). Dessa forma, os delegados eleitos pelos soviets locais passavam a *representar* seus eleitores em órgãos superiores. Havia claramente uma hierarquia. Esses delegados, juntamente com os elementos de liderança dos soviets ou conselhos, desempenhavam inevitavelmente um papel político

mais proeminente do que os membros de suas bases. Mas a questão não é, nem era, a existência de uma hierarquia ou sua destruição. A questão é, era, tornar aberta a existência de tal hierarquia e explicitar seu funcionamento (em vez de mantê-lo oculto e manipulador), bem como desenvolver mecanismos democráticos para controlá-la e, quando necessário, substituir aqueles que se encontrem em seu topo.

E quanto à centralização? No caso dos EUA, as cortes e os governos federais têm sido historicamente mais receptivos às demandas populares e protetores mais confiáveis de direitos civis individuais e liberdades civis do que as cortes e os governos locais e estaduais. O mesmo se aplica, de maneira geral, aos governos nacionais europeus quando comparados com as unidades políticas feudais menores que substituíram. Em muitas oportunidades, os esforços dos movimentos centralizados – por exemplo, a Marcha sobre Washington de 1963 ou as gigantescas mobilizações nacionais contra a Guerra do Vietnã – foram mais eficazes na conquista de seus objetivos e na delegação de poder às pessoas do que teriam sido sem seus esforços de centralização⁵. Uma «boa sociedade» em termos ecológicos também necessitaria de esforços centralizados para implementar prioridades econômicas e coordenar de forma eficaz a produção e a distribuição entre os diferentes setores da economia, a fim de evitar a duplicação do esforço e a perda de preciosos recursos com a consequente deterioração da qualidade de vida. Por exemplo, a produção de uma fábrica é frequentemente insumo para outra empresa, e isso deve ser coordenado por alguma entidade mais inclusiva. Já os serviços de água e eletricidade exigem redes extensas para funcionar de forma eficiente e para que seja evitado o desperdício de recursos. O mesmo se aplica à operação das ferrovias, o meio de transporte de longa distância mais ecologicamente sensato.

No caso dos EUA, as cortes e os governos federais têm sido historicamente mais receptivos às demandas populares e protetores mais confiáveis de direitos civis individuais e liberdades civis do que as cortes e os governos locais e estaduais ■

Ainda que seja verdade que uma sociedade autoadministrada, por definição, exija um grau considerável de tomada de decisões em nível local, a verdadeira

5. É certo que havia transgressões à democracia nessas manifestações, como a censura ao discurso de John Lewis na Marcha sobre Washington em 1963. Mas seu discurso teria sido igualmente censurado se fosse pronunciado em uma manifestação local com menos de 20.000 pessoas (em lugar de 200.000) em Washington, DC.

questão não é a centralização em si, mas o tipo de relacionamento existente entre as bases e suas lideranças, bem como a implementação de medidas para garantir que os esforços centralizados indispensáveis estejam sujeitos a controles a partir da base de maneira, ao mesmo tempo, democrática e racional no uso de recursos relativamente escassos.

É paradoxal que os defensores da «democracia participativa» acabem com frequência defendendo uma concepção muito estreita de democracia: como a democracia participativa se opõe à delegação de funções, isso tende a gerar longos debates sobre temas triviais que substituem discussões politicamente mais relevantes. Nesse sentido, às vezes, a prática democrática se reduz a decidir democraticamente quem fará a limpeza ou quem trará a pizza. Uma sociedade democrática depende, sobretudo, de uma população plenamente politizada, que esteja totalmente consciente de que a política afeta a todos por se tratar, em última instância, do poder de decidir a respeito das prioridades para a sociedade como um todo. Uma organização de oposição que atue de acordo com tal perspectiva de politização seria o que Lênin chamava de um «tribuno popular», que reage «contra toda manifestação de arbitrariedade e de opressão, onde quer que se produza e seja qual for a classe ou camada social atingida (...) que sabe aproveitar o menor dos fatos para expor diante de todos suas convicções socialistas e suas reivindicações social-democratas»⁶. É essa politização autônoma generalizada de uma sociedade – ou seja, a substituição crescente da passividade e da apatia pela discussão e a atividade pública – que criaria o clima político geral, propício para o controle democrático dos líderes.

**A atual despolitização
generalizada da
população não vai
ser reduzida por
política local obcecada
com minúcias
administrativas ■**

A atual despolitização generalizada da população não vai ser reduzida por política local obcecada com minúcias administrativas. As pessoas devem envolver-se na política nos locais onde trabalham e estudam – e essa é a pedra fundamental da democracia real e substantiva –, mas seu compromisso deve ser ins-

pirado por uma visão política mais ampla que seja de alcance tanto nacional como internacional. Uma fábrica autoadministrada está limitada por políticas que são de âmbito inevitavelmente nacional, como aquelas relativas a acumulação, consumo, salários e serviços sociais. Uma economia baseada em unidades locais completamente autoadministradas e autônomas, sem um planeja-

6. V.I. Lênin: «Que fazer?» [1902] em *Partido Comunista Brasileiro*, <<http://pcb.org.br/portal/docs/quefazer.pdf>>, acessado em 18/8/2014.

mento democrático nacional guiado por uma discussão nacional e minuciosa de prioridades, reintroduziria fatalmente muitos dos vícios do capitalismo, como a concorrência descontrolada e uma crescente desigualdade, dada a disparidade na capitalização, no progresso tecnológico e na importância estratégica das diversas fábricas e setores.

■ Política pré-figurativa *versus* política estratégica

Envolver-se no que Breines denominou «pensamento estratégico» e «política estratégica» não é, se levamos a mudança social a sério, uma questão de preferência política, mas sim um imperativo que nos é imposto pela dura realidade política, e isso inclui o que o grupo conservador – que não podemos esperar que seja estúpido ou insensato – faz para evitar qualquer mudança que afete negativamente seus interesses. A realidade política apresenta muitas dificuldades e opções que voltam a estabelecer continuamente a eterna questão do que deve ser feito, envolvendo os objetivos políticos desejados e as estratégias e táticas para obtê-los. A ação política é uma habilidade – e até mesmo uma arte – aberta a todos aqueles que estejam interessados e queiram trabalhar para melhorar sua prática política. À medida que os movimentos crescem, é inevitável que enfrentem as mentiras e a propaganda de governantes para enfraquecê-los, dividi-los e confundi-los, além da vigilância, das provocações e da repressão do governo. Os aliados potenciais estão continuamente sujeitos aos apelos do racismo e do nacionalismo, que se alimentam de divisões objetivas reais da sociedade e que não podem se reduzir a ideias simplistas sobre a «falsa consciência» ou a teorias conspiratórias.

Geralmente, as melhores respostas a esses obstáculos estão longe de ser óbvias e exigem planos e tarefas táticos e estratégicos para os quais as práticas organizacionais de movimentos pré-figurativos como o *Occupy* têm se mostrado inadequadas. Essas tarefas exigiriam, pelo menos, a eleição democrática dos órgãos representativos, com direito a revogação imediata, para desenvolver a análise política e os planos de ação tática e estratégica que sejam trazidos de volta ao movimento como um todo para discussão, aprovação, alteração ou rejeição. A concepção de «democracia direta» do *Occupy* também tem sido propensa a restringir suas ações a locais determinados e a recrutar pessoas com tempo ilimitado para militar e inclusive se obcecar com o processo. Um modelo representativo democrático preocupado com o desenvolvimento de eleições democráticas significativas, que priorizem o que é importante, é um requisito fundamental para a ação política estratégica; ele também ampliaria o recrutamento para incluir a grande maioria das pessoas, as quais possuem obrigações

familiares e profissionais. A extraordinária resposta positiva que o movimento *Occupy* recebeu de grandes parcelas da população deu-lhe a oportunidade de recrutar dezenas de milhares de ativistas que poderiam ter se reunido em centenas de lugares e eleito representantes para planejar, elaborar estratégias e coordenar entre si ações nos âmbitos local, estadual e nacional.

Infelizmente, essa estratégia política ampla não se vê favorecida pela tendência comum entre parte da esquerda pós-*Occupy* de reforçar as situações de privilégio e de se acusar mutuamente de racismo, sexismo, homofobia, transfobia, susceptibilidades sobre a imagem corporal, entre outros aspectos, sem nenhuma consciência sobre como construir um movimento que defenda uma política de solidariedade com os oprimidos (a opressão a um é uma opressão a todos). É a política de uma «seita» pura (para empregar o termo do teórico político de esquerda Sheldon Wolin), em contraposição àqueles que reivindicam uma política de solidariedade⁷.

A abordagem de «política estratégica» de esquerda sustenta que, às vezes, podemos ter a sorte de nos envolvermos em formas superiores de luta – aquelas que possuem implicações sistêmicas profundas e politizam temas de debate público relativos à sociedade em sua totalidade – que antes estavam fora do domínio da discussão e do controle sociais. Entre os exemplos de tais formas superiores, estavam a campanha «Uma pessoa, um voto», que o Comitê Não-Violento de Coordenação Estudantil (SNCC, por sua sigla em inglês) liderou no sul dos EUA durante a década de 1960, e a bem-sucedida campanha de meados do século XIX para limitar a jornada de trabalho a dez horas, a qual Karl Marx considerou «a primeira vez em que, em plena luz do dia, a economia política da classe média sucumbiu à política econômica da classe trabalhadora». Em sua defesa do que denomina «diversidade de formas de ação», Raúl Zibechi sustenta que a afirmação de que há «formas superiores de luta» é uma maneira de menosprezar ou rejeitar outras lutas como se fossem «inferiores» (em um sentido pejorativo). Zibechi também confunde a ideia de «formas superiores de luta» com questões estratégicas, como a escolha entre o caminho eleitoral e a luta armada⁸.

Uma consequência importante da rejeição pré-figurativa para o «pensamento estratégico» é sua concepção de causalidade histórica, que se concentra em temas de representação e hierarquia em detrimento de um panorama mais

7. Agradeço a Lance Selfa por essa valiosa percepção.

8. R. Zibechi: «Sobre la ‘forma superior de lucha’» em *Rebelión*, 30/11/2013, <www.rebellion.org/noticia.php?id=177552>, acessado em 18/8/2014.

amplo das raízes sociais dos fenômenos políticos. Por exemplo, os expoentes dessa corrente explicam a persistência do reformismo em sindicatos e partidos de esquerda – um tema que os preocupa – como consequência da centralização hierárquica da liderança, e não como resultado de uma relação dialética entre a liderança burocrática dessas instituições e a consciência da classe popular e trabalhadora, por sua vez influenciada pelas mudanças nas condições materiais. As análises sérias sobre a natureza do reformismo são intrínsecas ao «pensamento estratégico» e à «política estratégica» que os movimentos ignoram por seu próprio risco.

■ Política pré-figurativa e revolução: como escapar dos dilemas da mudança radical

Para muitos teóricos da política pré-figurativa, os problemas apresentados pela política revolucionária podem desaparecer simplesmente redefinindo-os de modo a deixarem de existir. Questões que envolvem a relação entre reforma e revolução simplesmente desaparecem quando se redefine a revolução de maneira que já não envolva a derrubada real do sistema capitalista por meio de um conjunto de acontecimentos discretos e de vida relativamente curta. Como afirma John Holloway – cientista social irlandês que ministra aulas no México e é um dos melhores expoentes da política pré-figurativa – em seu livro *Fissurar o capitalismo*, «a substituição revolucionária de um sistema por outro é tão impossível quanto indesejável»; para o autor, a única forma possível de conceber a revolução é como um processo intermediário⁹ que envolva a criação, a expansão e a multiplicação de fissuras. O autor cita como exemplos os zapatistas no estado mexicano de Chiapas e a recuperação, por parte dos trabalhadores, de fábricas argentinas em falência e abandonadas por seus donos. Os «esquerdistas estratégicos» também apreciam a auto-organização e o potencial emancipador da ocupação de fábricas e do autogoverno da comunidade; mas, ao mesmo tempo, eles ressaltam as limitações dessas lutas importantes, embora defensivas. Para sobreviver, as fábricas ocupadas devem funcionar dentro do contexto econômico e político da sociedade capitalista, em particular sob a

Para sobreviver, as fábricas ocupadas devem funcionar dentro do contexto econômico e político da sociedade capitalista, em particular sob a pressão de um sistema competitivo e caótico ■

9. J. Holloway: *Crack Capitalism*, Pluto Press, Londres, 2010, p. 11. [Há uma edição em português: *Fissurar o capitalismo*, Publisher Brasil, São Paulo, 2013].

pressão de um sistema competitivo e caótico que, mais cedo ou mais tarde, as obriga a fazer muitas concessões e a não respeitar a autogestão dos trabalhadores. Por essa razão, não são capazes de «pré-figurar» a sociedade futura, ainda que possam – pelo menos inicialmente – fortalecer a independência e a autoconfiança dos trabalhadores envolvidos nessas lutas.

Problemas semelhantes se aplicam às comunidades autônomas de Chiapas lideradas pelo Subcomandante Marcos e o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN). Ainda que o governo mexicano tenha decidido, talvez por uma questão de estabilidade política, permitir a continuidade das comunidades autônomas do EZLN na selva Lacandona – um dos lugares mais pobres e isolados do país –, essas comunidades seguem sujeitas às mesmas intensas pressões do capitalismo. O veterano intelectual de esquerda latino-americano Guillermo Almeyra afirma que elas ainda estão imersas no mercado, obrigadas na maior parte do ano a vender sua força de trabalho; comprar ferramentas, fertilizantes e produtos agrícolas que não estão disponíveis nas zonas zapatistas; comprar ou trocar seus produtos nos mercados urbanos que se encontram fora de sua própria região; e até mesmo recorrer aos sistemas de saúde e educação oficiais¹⁰.

No entanto, para Holloway, esses movimentos são as «fissuras» cuja ampliação levará à revolução. Desse modo, a revolução é para ele uma questão de movimento, de direção, mas não uma ruptura. Em suas próprias palavras, «*o que importa é o movimento. A possibilidade das fissuras está em seu movimento*»¹¹, ecoando assim a perspectiva de Edward Bernstein e do evolucionismo da social-democracia clássica, a não ser pelo fato de Holloway apoiar claramente um evolucionismo de luta, ao passo que a ala «revisonista» da social-democracia clássica enfatizava o desenvolvimento inevitável de uma maioria política eleitoral que tomaria o Estado e, finalmente, introduziria o socialismo¹².

Ainda que pareça paradoxal, a ideia de Holloway de revolução como uma evolução por meio da luta é central também no pensamento dos anarquistas revolucionários, como o antropólogo David Graeber. Se, por um lado, Graeber assume uma atitude que se autoproclama radical e sustenta a ideia da «diversidade de táticas», que dá a pequenas minorias de ativistas o direito de

10. G. Almeyra: «Los vaivenes de los movimientos sociales en México» em *OSAL - Observatorio Social de América Latina* ano IX N° 24, 10/2008, p. 92, disponível em <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal24/05almeyra.pdf>>, acessado em 18/8/2014.

11. J. Holloway: ob. cit., p. 72, grifos do autor.

12. Agradeço a Adaner Usmani por seus comentários sobre esse tema.

quebrar janelas e participar de outras atividades destrutivas semelhantes¹³ – mesmo contra os desejos expressos dos patrocinadores e da imensa maioria dos participantes nas manifestações –, por outro lado, do mesmo modo que Holloway, ele rejeita a ideia de uma «ruptura total», ou seja, de uma derrocada revolucionária do sistema capitalista. É isso o que ele faz quando especula sobre o que poderia ter ocorrido caso os anarquistas espanhóis tivessem vencido em 1937. Nas palavras de Graeber, «a Espanha teria terminado em uma situação parecida com a de Chiapas, em um empate entre as facções anarquistas e as antianarquistas, que teria se inclinado a favor dos anarquistas somente após um árduo e prolongado esforço para conquistarem seus filhos [dos estatistas], o que poderia ter sido realizado pela criação de uma vida mais visivelmente livre, prazerosa, bela, segura, relaxada e gratificante nas seções sem Estado»¹⁴.

Ao redefinir a revolução como um aumento progressivo de «fissuras» na sociedade, a política pré-figurativa de Holloway nega a centralidade do Estado, e o poder deste, como elemento fundamental para o processo. Como ele mesmo expressou em um trabalho anterior, «podemos mudar o mundo sem tomar o poder». E, ao negar o poder do Estado, Holloway pode evitar as realidades do poder. Por exemplo, o fato de que o Estado tolere «fissuras», desde que não cheguem a ameaçar seu poder e o poder do capitalismo. Para Holloway, esse problema simplesmente não existe. Os próprios exemplos que ele escolhe para ilustrar sua visão são muito reveladores: o movimento zapatista e sua comunidade autônoma na selva Lacandona; um centro social em Edimburgo, Escócia; e uma *rave* noturna em Berlim¹⁵. O simples fato de apresentar tais casos como manifestações do mesmo potencial revolucionário revela sua falta de consideração pelo poder. Tal falta de consideração é evidente mesmo quando se leva em conta apenas o exemplo das comunidades zapatistas em Chiapas. Na medida em que representem – ou tenham representado – uma ameaça ao Estado mexicano, elas podem ser vistas como parte de uma dinâmica análoga ao que, no marxismo clássico, se conhece como «poder dual»: a dicotomia

A política pré-figurativa de Holloway nega a centralidade do Estado, e o poder deste, como elemento fundamental para o processo. Como ele mesmo expressou, «podemos mudar o mundo sem tomar o poder» ■

13. D. Graeber: *Revolutions in Reverse. Essays in Politics, Violence, Art and Imagination*, MinorCompositions, Londres, 2011, pp. 17 e 26-29.

14. *Ibid.*, pp. 28-29.

15. *Ibid.*, pp. 51 e 63.

existente entre os núcleos de poder revolucionário e o poder da classe governante com a qual estão em conflito em situações revolucionárias que ocorrem nos Estados-nação capitalistas modernos.

Para Holloway, e também para Graeber – que vê igualmente os zapatistas como um modelo a ser aplicado em todos os lugares, incluindo a Espanha da Guerra Civil da década de 1930 –, esse estado de «poder dual» poderia manter-se indefinidamente, e os zapatistas poderiam sobreviver em suas comunidades e servir como exemplo a ser replicado indefinidamente em outros locais. Contudo, ele ignora o fato de que as comunidades zapatistas sobrevivem na medida em que o Estado mexicano esteja disposto a conviver, por motivos políticos conjunturais, com bolsões de poder que permaneçam fora de seu controle, os quais representam, aos olhos do Estado, áreas de importância marginal do ponto de vista político e econômico. Mas mesmo que os zapatistas se tornassem uma ameaça concreta para o Estado mexicano, a dinâmica de poder dual que isso geraria não duraria por muito tempo, já que afetaria seriamente a previsibilidade e a segurança de que o capitalismo moderno necessita para funcionar. Isso conduz necessariamente a considerações de repressão, resposta à repressão e assim por diante, para além dos desejos de Holloway.

Finalmente, a postura adotada pela política pré-figurativa com respeito ao Estado a leva a descartar, como no caso do *Occupy*, a necessidade de realizar exigências políticas ao governo, uma ferramenta essencial para mobilizar e unificar os diversos movimentos que podem surgir em um ambiente multirracial e multicultural como o dos EUA¹⁶.

■ **Buscar uma comunidade ou construir a solidariedade?**

Os movimentos sociais geram camaradagem e a experiência estimulante e apaixonante de participar em uma luta comum para conquistar a mudança social. Porém, isso é diferente do que Breines descreveu como a busca da Nova Esquerda pré-figurativa por uma comunidade «para unir as esferas públicas e privadas da vida». Se o que Breines tem em mente é reduzir a alienação ou eliminar a distância «normal» nas democracias parlamentares capitalistas entre o que os políticos realmente pensam e seus discursos contraditórios diante de distintas pessoas, tais mudanças seriam bem-vindas. Mas caso o que ela sugere

16. Para uma discussão mais detalhada sobre esse assunto, v. meu artigo «The Art of Demanding» em *Jacobin*, 7/9/2012.

envolva a abolição da privacidade pessoal em nome de alguma concepção de colmeia «comunitarista» de socialismo, tal proposta representaria um enorme retrocesso¹⁷. A Nova Esquerda britânica dos anos 50, que precedeu a Nova Esquerda estadunidense dos anos 60, caracterizou-se por um tipo similar de «comunitarismo». E.P. Thompson o criticou, pois, em sua opinião, representava um retorno à «velha, estreita e claustrofóbica comunidade, que estava baseada na triste igualdade de dificuldades», e argumentou que a noção de privacidade familiar

e o sentido de comunidade não eram excludentes entre si. Como contra-argumento à nova versão claustrofóbica de comunidade da Nova Esquerda, o autor propôs que «se [a comunidade] surgir na atual geração, será muito mais rica e complexa, com muito mais insistência na variedade e com maior liberdade de movimento e de escolha»¹⁸.

Jane Jacobs, que revolucionou o campo dos estudos urbanos com seu clássico *Morte e vida de grandes cidades*, criticou enfaticamente o planejamento orientado para a criação de um «sentimento de união», o qual – ela escreveu – exigia pessoas com «semelhanças básicas relativas a padrões, valores e antecedentes» e demandava delas um «nível formidável de autocontrole e tato»¹⁹. Jacobs concluiu que o tipo de planejamento residencial que depende, «para o contato entre os vizinhos, do compartilhamento pessoal desse tipo, e que o cultiva, muitas vezes funciona socialmente, ainda que de forma parcial, *para pessoas autosseleccionadas de classe média alta*. Soluciona problemas simples de um tipo de população simples. (...) Contudo, ele fracassa, mesmo em seus próprios termos, *com qualquer outro tipo de população*». Jacobs insistia nos limites claros entre os espaços públicos e privados, e defendia usos urbanos mistos e diversos para fortalecer as vizinhanças compostas principalmente de estranhos, ou seja, de pessoas que «não se

Os movimentos sociais geram a experiência estimulante e apaixonante de participar em uma luta comum. Porém, isso é diferente do que Breines descreveu como a busca por uma comunidade «para unir as esferas públicas e privadas da vida» ■

17. Para uma discussão esclarecedora sobre o «comunitarismo» como uma variedade de «socialismo de cima», v. Hal Draper: «The Two Souls of Socialism» em H. Draper e E. Haberkern (ed. e intr.): *Socialism From Below, Essays Selected*, Humanities Press, Nova Jersey, 1992, pp. 26-27.

18. E.P. Thompson: «Commitment in Politics» em *Universities & Left Review* vol. 53 N° 6, 1959, p. 53.

19. Jane Jacobs (1916-2006) foi uma ativista urbana que liderou a resistência bem-sucedida ao plano da cidade de Nova Iorque de construir uma rodovia através de Greenwich Village que teria destruído boa parte da vizinhança. Posteriormente, ela se mudou para Toronto para impedir que seus filhos fossem recrutados como soldados na Guerra do Vietnã.

conhecem de maneira social privada e íntima, e que, na maioria dos casos, não se interessam em se conhecer dessa maneira», mas que, por meio da criação de usos urbanos mistos e diversos – quarteirões pequenos, calçadas amplas e outros métodos indiretos que estimulem uma vida rica e ativa na rua –, podem se comportar de formas extraordinariamente cooperativas²⁰.

Ainda que não o faça explicitamente, Jacobs está sugerindo a noção de solidariedade – a ajuda e o apoio mútuos entre estranhos que objetivamente pertencem e se identificam com uma «comunidade imaginada» de trabalhadores. A solidariedade pode então tornar-se um valor hegemônico que se expressa tanto em piquetes como nas relações diárias entre vizinhos e na vida nas ruas. Portanto, o anonimato inerente à vida urbana não é idêntico à impessoalidade nem implica necessariamente em insensibilidade, indiferença ou falta de humanidade com relação aos demais cidadãos.

■ Crítica ao utopismo e à política pré-figurativa

Esta crítica à «política pré-figurativa» relaciona-se com a crítica ao utopismo desenvolvida por Marx e Engels? Sim e não.

Sim, porque ela rejeita a construção de esquemas de como deve ser a sociedade futura, bem como a suposição de que haja uma correspondência direta entre as estratégias e táticas adotadas para lutar contra a exploração e a opressão – incluindo o direito dos oprimidos a recorrerem à força e à violência –, e aquelas utilizadas pela sociedade futura.

**A recorrência de
tendências
antidemocráticas e
burocráticas nos
movimentos socialistas
e comunistas não prova
a fatalista e a-histórica
«lei de ferro da
oligarquia», esboçada
por Robert Michels ■**

E não, pois as traições da social-democracia e o desastre homicida do stalinismo que Marx e Engels não previram nos forçaram a extrair lições desses grandes fracassos da esquerda para evitarmos sua repetição no futuro. A recorrência de tendências antidemocráticas e burocráticas nos movimentos socialistas e comunistas não prova a fatalista e a-histórica «lei de ferro da oligarquia», esboçada por Robert

20. J. Jacobs: *The Death and Life of Great American Cities*, Vintage Books, Nova Iorque, 1961, pp. 65, 55 e 54, grifos da autora [há uma edição em português: *Morte e vida de grandes cidades*, WMF Martins Fontes, São Paulo, 2011].

Michels (1876-1936) em seu livro *Political Parties* e baseada em um estudo de caso das práticas burocráticas do Partido Social-Democrata da Alemanha; também justifica os argumentos «pré-figurativos» contra a organização formal. Porém, torna-se mais urgente a identificação de características específicas da organização política que obstruem o caminho da democracia, como a falta de transparência das lideranças políticas, as proibições organizacionais sobre tendências e facções, e a perpetuação dos líderes existentes.

Do mesmo modo, os problemas econômicos das sociedades stalinistas não podem ser atribuídos ao socialismo, mas sim à natureza específica da sociedade de classe stalinista. Entretanto, a direita foi ideológica e politicamente bem-sucedida ao atribuir o fracasso do comunismo soviético à ausência de qualquer alternativa socialista ao capitalismo, como sugeria a noção generalizada de Margaret Thatcher de que «não há alternativa» (TINA, por sua sigla em inglês). Essa provocação da direita foi expressa em termos gerais e abstratos, bem como em diversas noções específicas, como a de que a concorrência é a única fonte de incentivos para promover entre trabalhadores e gerentes o interesse individual, a responsabilidade e a eficiência, fatores ausentes nas economias de tipo soviético; ou a ideia de que somente o capitalismo pode proporcionar a fagulha para a inovação por meio de mecanismos como o conceito schumpeteriano de «destruição criativa»²¹; ou que o planejamento econômico para a sociedade como um todo é, como afirmou Friedrich Hayek, estruturalmente inviável²².

Há uma vasta literatura socialista e marxista que demonstra as muitas maneiras pelas quais a concorrência e o capitalismo debilitam a motivação, a responsabilidade e a eficiência dos trabalhadores, e como seus resíduos sistêmicos e o uso irresponsável dos recursos estão aproximando o mundo do desastre ecológico. Mas isso não é o mesmo que demonstrar, como trataram de fazer outros analistas socialistas, de que forma uma sociedade planejada democrática e autogerida poderia evitar muitos desses problemas. Argumentar em termos gerais que uma sociedade socialista realmente controlada pelos trabalhadores e com um planejamento democrático não enfrentaria os problemas e contradições que afligiram as sociedades

21. Joseph Schumpeter (1883-1950) foi um economista austríaco-americano que argumentava que o papel disruptivo dos empreendedores individuais era indispensável para o crescimento econômico.

22. Friedrich Hayek (1899-1992) foi um economista de direita nascido em Viena. Ele afirmava que a falta de informação tornava inviável o planejamento de uma economia em sua totalidade, e que somente o mecanismo de preços dos «mercados livres» era capaz de alocar racionalmente os recursos econômicos.

de tipo soviético é algo muito genérico e abstrato. A clássica advertência marxista contra a construção de esboços detalhados da sociedade futura, ainda que em geral seja apropriada, precisa ser modificada para lidar com essas questões.

■ Conclusão

A tarefa atual é construir um movimento para lutar contra a exploração e a opressão, de modo a permitir que as pessoas sejam verdadeiramente livres para criar suas próprias vidas e instituições, agora e amanhã, e não se envolver na política «pré-figurativa», seja em termos de nossa política, estratégia e táticas atuais, seja para determinar de antemão a natureza da sociedade futura. É provável que as questões críticas da sociedade futura não envolvam a criação *deliberada* de comunidade – o que, de alguma maneira, é uma contradição em termos – e menos ainda um estilo de vida cultural específico ou a eliminação da hierarquia, mas sim a viabilidade institucional e a sustentabilidade ecológica de um socialismo que seja verdadeiramente democrático.

A política pré-figurativa desenvolveu-se em grande medida como reação aos fracassos da esquerda do passado. No entanto, tais fracassos históricos não provam a validade das abordagens românticas, irracionais ou utópicas da mudança social. Tampouco justificam a tentativa «pré-figurativa» de contornar, em lugar de enfrentar, os problemas da organização democrática. Eles demonstram, contudo, a necessidade de um novo começo, no qual tomemos como base as perspectivas revolucionárias do melhor da tradição do Iluminismo²³. ☐

23. Para uma discussão esclarecedora sobre as diversas tendências do pensamento iluminista, v. Jonathan Israel: *A Revolution of the Mind. Radical Enlightenment and the Intellectual Origins of Modern Democracy*, Princeton University Press, Princeton-Oxford, 2010. [Há uma edição em português: *A Revolução das Luzes. O iluminismo radical e as origens intelectuais da democracia moderna*, Edipro, São Paulo, 2013].